



O PROJETO VARANDA VÍDEO NA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA EXPERIÊNCIA AUDIOVISUAL NO PROGRAMA ESCOLA ZÉ PEÃO

THE VARANDA VIDEO PROJECT IN THE LITERACY OF YOUTH AND ADULTS: AN AUDIOVISUAL EXPERIENCE IN THE ZÉ PEÃO SCHOOL PROGRAM

Daniel Firmo de Souza¹
Universidade Federal da Paraíba

José Ramos Barbosa da Silva²
Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

O Programa Escola Zé Peão (PEZP) é uma atividade de extensão da Universidade Federal da Paraíba, em colaboração com o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Construção e do Mobiliário de João Pessoa/PB. O 'Varanda Vídeo' (VV) é um projeto de apoio às ações da Escola Zé Peão, criado em 1993, com o objetivo de oferecer suporte audiovisual às discussões sobre temas transversais pertinentes aos interesses de trabalhadores, como parte integrante das aulas de alfabetização de jovens e adultos. Este texto dedica-se a refletir sobre o uso do vídeo em atividades de alfabetização, compreendida como ação interligada à educação popular. Para isso, valemo-nos de estudos relacionados à educação popular, como os de Wanderley (2010), Fávero (1983) e de Vasconcelos (2013); dos que tratam da alfabetização de adultos, como os de Freire (2011), Schwartz (2010) e Pinto (2000); e dos que se dedicam a esclarecer o uso do vídeo em situações de aprendizagens escolares, com destaque para Ferrés (1996). Como um suporte da alfabetização, o vídeo, enquadrado na dinâmica pedagógica da Escola Zé Peão, potencializa o pensamento crítico dos que participam das atividades educativas desse Programa.

Palavras-chave: Aprendizagens. Varanda Vídeo. Escola Zé Peão.

1 O PROJETO VARANDA VÍDEO COMO PARTE DA ALFABETIZAÇÃO

O Programa Escola Zé Peão foi criado no ano de 1990, por meio de uma parceria entre a Universidade Federal da Paraíba e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil (SINTRICOM), com a intenção de colaborar com a

¹ Graduando do Curso de Ciências da Computação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. E-mail: daniel.firmo@dce.ufpb.br

² Graduado em Comunicação Social (1982) e mestre em Educação pela UFPB (1992) e doutor em Educação pela UFC (2007). É professor do Departamento de Metodologia da Educação do Centro de Educação da UFPB. E-mail: barbossa2@hotmail.com

alfabetização dos trabalhadores da construção civil. Suas primeiras aulas aconteceram em 1991, à noite, nos prédios que ainda estavam em construção, ministradas para operários vindos do interior e que dormiam alojados no local de trabalho, muitos deles provenientes da zona rural. Essa é uma característica que se mantém até hoje.

Inicialmente, a Escola Zé Peão foi organizada em dois níveis: Alfabetização na Primeira Laje (APL), ofertada aos que estavam começando as atividades de alfabetização, para quem ainda não escrevia nem lia; e Tijolo Sobre Tijolo (TST), para quem lia ou escrevia, mas ainda não se sentia suficientemente alfabetizado. Durante vários anos, a Escola Zé Peão foi coordenada pelo Professor Timothy Denis Ireland, um inglês, doutor em Educação, ligado ao Departamento de Metodologia da Educação do Centro de Educação, que compôs uma equipe de profissionais de diversas formações, de diferentes Centros da UFPB, que contribuíram para criar projetos distintos e transformaram a Escola Zé Peão em um programa de diversos projetos. Um deles é o ‘Varanda Vídeo’, criado em 1993, objeto deste artigo, com o objetivo de ampliar os alcances da alfabetização, que levava para a sala de aula outras situações de vida e outras paisagens, além das vividas pelos operários, oportunizadas pela projeção de vídeos sobre assuntos transversais.

Além do projeto ‘Varanda Vídeo’, há uma série de outros articulados às atividades de alfabetização: o ‘Biblioteca Volante’, que reúne livros e impressos, lê e comenta cada publicação e oferece aos alfabetizando a oportunidade de lerem livros paradidáticos; o ‘Nutrição e Saúde’, que discute sobre a saúde e a doença do corpo humano e os cuidados que se deve ter com a alimentação; o ‘Ação Cultural’, que estimula o acesso dos operários ao cinema, ao teatro, aos parques da cidade, aos museus e à arte de um modo geral; o ‘Palma’, que disponibiliza atividades de leitura e de escritas fora da sala de aula, nos momentos livres do operário, utilizando o telefone celular ou o *tablet*, como atividade complementar às aulas de alfabetização do Programa.

Segundo dados do Censo Demográfico do IBGE, em 1991, no estado da Paraíba, havia um total de 1.987.410 adultos com mais de 15 anos de idade, dos quais 829.226 eram analfabetos. Desse total de analfabetos, 60% viviam na zona rural. O Sindicato

percebeu que havia um alto índice de analfabetismo entre os trabalhadores da construção civil, detectado durante as visitas constantes da entidade sindical às construções. Na época, grande parte não conseguia ler nem escrever, e muitos apresentavam dificuldade de ler os panfletos e as informações de interesse da categoria profissional contidas no mural do sindicato. Esse problema dificultava o crescimento dessas pessoas no mundo do trabalho e a participação delas em ações de um sindicato que procurava ser democrático e participativo. Isso motivou o SINTRICOM a tentar uma solução para o problema da alfabetização desses operários e, em decorrência disso, a solicitar do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba um programa de extensão capaz de alfabetizar os operários da construção civil de João Pessoa-PB. Desse gesto, nasceu a Escola Zé Peão, que, desde que foi criada, segue os princípios educativos recomendados por Paulo Freire (1921-1997), um educador pernambucano que orientou grande parte das intervenções de alfabetização de jovens e adultos ministradas no Brasil desde os anos de 1960.

Freire entende que a educação precisa passar por uma transformação para que possa libertar homens e mulheres de qualquer tipo de exploração e de opressão. Sobre isso, disse:

[...] Eu propus em *Pedagogia do oprimido* que a educação não é neutra, sempre é política. Além disso, não existe prática educativa sem ética e sem estética. É preciso respeitar a identidade cultural do estudante e devemos ensiná-lo a aprender. De nada serve uma educação bancária, onde o aluno memoriza quilos de conteúdo que não tem nenhuma importância para sua vida. (FREIRE, 2008, p.59)

Filiada a essa recomendação, a equipe do Programa Escola Zé Peão foi seduzida a propor um método de alfabetização que reunisse aulas de matemática, de linguagens e de temas transversais relacionados à vida do operário da construção civil, na perspectiva de evitar o ensino “bancário” e de que os operários participassem das aulas e pudessem expor sua vontade de aprender e seus anseios, para que fossem transformados em pequenos textos, nos quais se estudariam o sentido do que fora dito, as palavras utilizadas, as sílabas dessas palavras e as letras que compõem essas sílabas, transformando essa conversa nas aulas de alfabetização.

Esse método foi pensado pela equipe que coordenava as primeiras ações da Escola Zé Peão e estruturado em três princípios básicos: o da contextualização – que diz respeito às condições de vida dos educandos e do seu universo de trabalho; o da significação operativa – que defende o exercício da busca cotidiana de sentido para ‘o que se faz’ e o ‘porque se faz’ e reflete sobre o confronto entre o desejado e o possível; e o princípio da especificidade escolar – que defende o compromisso da escola com o ensino da leitura e da escrita, subordinando todas as outras ações a essa realização.

Dessa maneira, as aulas do Programa Escola Zé Peão estão sempre permeadas de conversações. Paulo freire chama esse pressuposto didático de diálogo.

[...] Não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Não é possível a pronuncia do mundo, que é um ato de criação e recriação, se não há amor que a infunda. Sendo fundamento do diálogo, o amor é, também, diálogo. Daí que seja essencialmente tarefa de sujeitos e que não possa verificar-se na relação de dominação. Nesta, o que há é patologia de amor: sadismo em quem domina; masoquismo nos dominados. Amor, não. Porque é um ato de coragem, nunca de medo, o amor é compromisso com os homens. Onde quer que estejam estes, oprimidos, o ato de amor está em comprometer-se com sua causa, a causa da libertação (FREIRE, 1977, p. 94).

Para Freire, o diálogo é um encontro entre pessoas que se respeitam e sabem agir em conjunto, com o intuito de atingir objetivos comuns. Nas relações dialógicas, não há a concepção de superioridade de uns sobre outros nem pessoas ignorantes, e todos colaboram com base em seu ponto de vista. Nem há homens seletos, pois todos devem estar abertos à contribuição de todos, tampouco pode haver diálogo entre dominantes e dominados.

[...] O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunziá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu. Esta é a razão por que não é possível o diálogo entre os que querem a pronuncia do mundo e os que não a querem; entre os que negam aos demais o direito de dizer a palavra e os que se acham negados deste direito. É preciso primeiro que, os que assim se encontram negados no direito primordial de dizer a palavra, reconquistem esse direito, proibindo que este assalto desumanizante continue. (FREIRE, 1977, p.93)

Na Escola Zé Peão, a alfabetização é voltada para a vida do operário. A aula é uma práxis, em que se reflete sobre a vida e os desafios concretos do adulto para uma vida em sociedades letradas. A vida é o assunto das aulas, organizadas por temas geradores, como a identidade dos operários, as datas comemorativas, o trabalho etc. Os alunos também estudam como se escrevem seu nome, o de sua cidade natal e de pessoas queridas, o número dos documentos, as fantasias, o universo do trabalho, a luta sindical, a família, as formas de lazer, os números e as contas matemáticas da vida etc., tudo como parte da luta para que possam viver melhor. Uma ação didática pensada e repensada pelos alfabetizadores, semana a semana. Uma aprendizagem que tem a ação e a reflexão como base. Ou, em outras palavras, a ação-reflexão-ação. Mesmo quando se está lendo ou se está escrevendo, pensa-se sobre, analisa-se tudo, para acertos mais frequentes nessas ações de leitura e de escrita.

Essa lógica de pensar sobre o que se está fazendo faz parte dos momentos de formação dos professores do Programa Escola Zé Peão, principalmente porque os professores dessa escola são estudantes universitários de diversas licenciaturas da UFPB, que atuam como bolsistas nesse programa de extensão. Busca-se, à luz das ações feitas, refletir, visando agir melhor nas ações que ainda estão por vir. Concretamente, os professores, em reuniões de planejamento, realizadas às sextas-feiras, no mesmo horário das aulas – dia em que os operários retornam à cidade de onde vieram e lá ficam durante o fim de semana – relatam as ações que fizeram durante a semana em sala de aula – o que deu certo, os problemas encontrados, o que são capazes de fazer e em que ainda precisam de ajuda. Esses relatos servem de base para planejar as aulas da semana vindoura. Um momento rico, permeado de muitas reflexões sobre as intervenções pedagógicas tomadas por esses licenciados, como aprendizagem válida para as ações seguintes. Um planejamento que visa ao equilíbrio entre o pensado e o feito, de prudência entre meios e fins, semelhante ao professado pelo MST, citado por Padilha (2005, p.30): planejamento é “[...] um processo de tomada de decisões sobre a ação. Processo que num planejamento coletivo (que é a nossa meta) envolve busca de informações, elaboração de propostas, encontro de discussão, reuniões de decisão, avaliação permanente [...]”.

Esse cuidado de planejar para uma ação acertada nas atividades da Escola Zé Peão também alcança os projetos que complementam as ações do APL e do TST, como o ‘Varanda Vídeo’, ‘Biblioteca Volante’, ‘Artes’, ‘Palma’, ‘Nutrição e Saúde’, etc. As ações do ‘Varanda Vídeo’ são estabelecidas com base nas discussões que regem o planejamento das aulas semanais feito às sextas-feiras. É com base nelas que são iniciadas as pesquisas sobre os filmes que podem servir para o tema discutido naquela semana ou mês de trabalho. Esse filme deverá ser curto, pois as aulas duram, aproximadamente, duas horas, que serão destinadas à apreciação do filme e ao debate sobre as questões abordadas. Essa discussão gerará as aulas vindouras, com a produção de textos, palavras e frases, a depender do nível do aprendente. Além de filmes, o Projeto Varanda Vídeo seleciona vídeos e clipes musicais.

O ‘Varanda Vídeo’ leva para a sala de aula um conteúdo audiovisual, e o educador abre espaço para reflexões mais profundas, em que os participantes se sentem livres para comentar sobre aspectos que, por outras vias, talvez nunca aparecessem. Pouco a pouco, as aulas vão ficando mais dinâmicas, os educandos, mais soltos, e o diálogo acontece livre e sem pressão. Há casos em que o próprio educando assume o comando da aula, e o professor será apenas um equilibrador das discussões, solicitando a participação de todos, pois sempre há os que se empolgam, sem que deixe tempo para mais ninguém. Os temas de cada projeção são abordados por meio de um raciocínio crítico-reflexivo, que possibilita um trabalho mais fluido em sala de aula, e os alunos são estimulados a expressar sua opinião de acordo com sua realidade.

Durante as discussões, o professor incrementa os assuntos abordados a fim de apresentar uma perspectiva diferente a respeito do conteúdo inicialmente percebido. Essa é uma maneira de tornar o ‘Varanda Vídeo’ um projeto interessante, que, além de incrementar a visão crítica dos participantes, dinamiza as aulas, facilita a desconfiância de aspectos que pareciam óbvios e a compreensão dos temas tratados em sala. O ato prévio de entrar em contato com o cotidiano do operário, feito pela dinâmica da própria escola, propicia um ambiente confortável para os estudantes expressarem suas opiniões sobre qualquer tema abordado.

2 A EDUCAÇÃO POPULAR COMO PRINCÍPIO DA ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

Quando a Escola Zé Peão foi proposta pela direção do Sindicato como uma reivindicação da categoria, em um processo de campanha salarial de 1990, em que se reivindicava o direito de alfabetizar os trabalhadores que apresentavam dificuldade de ler e de escrever, tendo como espaço o próprio local de trabalho, os patrões desconfiavam de que o Sindicato dos Trabalhadores se queria mais forte e mais combativo. De fato, essa era a realidade e o desejo do novo movimento sindical na época.

Fazia poucos anos que a ‘Chapa Zé Pião’ havia conquistado, por meio do voto, a direção do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil. Antes, porém, várias mobilizações foram feitas, na tentativa de atrair os trabalhadores da construção civil para que visitassem o sindicato e participassem das assembleias da categoria. Uma história que começa com trabalhadores da construção civil envolvidos com a Pastoral Operária, atentos a detectar que o SINTRICOM, desde que foi criado, em 1934, sempre esteve nas mãos de “pelegos”, e que os trabalhadores tinham, até então, o órgão como uma entidade de pequenos socorros médicos.

Lentamente, esse grupo de operários, ajudados pelas reflexões que faziam na Pastoral Operária, viu que era necessário mobilizar os trabalhadores a participarem das assembleias do Sindicato e a conhecerem a entidade de perto. Essa luta não parecia simples, pois, em 1979, a cidade estava crescendo, e havia construções distribuídas em todos os seus lugares, razão por que era difícil para um pequeno grupo influenciar uma classe volátil de trabalhadores, composta de gente vinda do interior, que, de tão instável em seus contratos de trabalho, eram chamados de “piões”, em referência a um brinquedo infantil que gira sem parar.

A campanha de mobilização de trabalhadores iniciada por esse grupo de militantes começou convidando os trabalhadores, como companheiros de trabalho, a comparecerem ao sindicato, a se associarem e a participarem das assembleias da categoria. Mesmo com esse trabalho, a velha Diretoria do SINTRICOM continuava lá, com o apoio do Ministério do Trabalho, e convivendo bem com a classe patronal.



O descontentamento desses trabalhadores com a atuação da Diretoria do SINTRICOM ia crescendo, e isso aumentava a quantidade de militantes que pregavam uma nova forma de ser do Sindicato e a força dos primeiros militantes que, pouco a pouco, viram-se representados nas várias construções que aconteciam na cidade de João Pessoa.

Em 1983, esse grupo resolveu formar uma chapa de oposição à Diretoria do SINTRICOM, mas em número não suficiente para ganhar qualquer eleição. De alguma maneira, as ideias desse grupo começaram a se espalhar entre os trabalhadores, que, para se identificar com o “apelido” dado à categoria, resolveu se chamar de grupo ‘Zé Pião’. Essa iniciativa recebeu a simpatia dos movimentos sociais da época e contou com a assessoria pontual de professores da Universidade Federal da Paraíba.

Nos primeiros anos de 1980, um novo sindicalismo já se anunciava em solo brasileiro, principalmente em terras paraibanas. No Brejo do estado, Pirpirituba, em 1983, já havia renovado a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Essa realidade também se anunciava em Mulungu, Araçagi e Duas Estradas. Em Alagoa Grande, Margarida Maria Alves referia-se à existência de sindicatos engajados na causa dos trabalhadores associados. O desejo de novos tempos capazes de oferecer vida melhor aos trabalhadores parecia ser real, e a luta sindical era um caminho que parecia viável.

Enquanto os movimentos sociais iam se estruturando na sociedade civil, a Universidade, como instância teórica interessada em pesquisa, ia se encaixando nos grupos populares que se organizavam. Fazia isso timidamente, com o nome de “assessoria”, e enquanto assessorava, ia percebendo a dinâmica dos movimentos populares e produzindo artigos, às vezes mimeografados e pouco divulgados, sobre aquele momento ímpar da conjuntura local e nacional.

[...] Com a implantação da Ditadura Militar, marcada pela repressão política e, até por tortura, grande parte dos movimentos, que antes tomavam a frente dessas iniciativas, é sufocada. Algumas igrejas cristãs se tornam, então, espaços centrais para as práticas de Educação Popular, e a ditadura militar não teve legitimidade e poder para sufocar todos os seus trabalhos pastorais. Muitos estudantes, professores, técnicos e intelectuais, até mesmo ateus, foram trabalhar

nessas igrejas. A Teologia da Libertação, fruto, na vida religiosa, do mesmo movimento social e teórico que gerou a Educação Popular, criava condições culturais para o acolhimento e a valorização dessas novas práticas sociais.

Nessa época, nas periferias urbanas e em áreas rurais, as práticas sociais implementadas pelos estudantes, professores, técnicos e intelectuais eram consideradas subversivas. Não se buscava oficialização na burocracia universitária. Pelo contrário, buscava-se, na maior parte das vezes, escondê-las ou mostrá-las como iniciativas pessoais feitas por motivação religiosa e que, mesmo encobertas, repercutiam muito no mundo universitário (VASCONCELOS. In, VASCONCELOS; CRUZ, 2013. p. 17-18).

Porém, com a conquista das eleições diretas no Brasil, principalmente depois da vitória do Partido dos Trabalhadores nas eleições presidenciais, o que era considerado como produto da “subversão” passou a ser computado nas Universidades como aspecto positivo ou como educação crítica de valor.

[...] Nesse sentido, participar dos projetos de extensão orientados pela Educação Popular passa a ser visto não apenas como militância política, mas também como maneira de preparar melhor os profissionais em formação para o mercado criado pelas novas políticas sociais. O interesse estudantil por esse tipo de extensão universitária cresce, e os projetos de extensão se multiplicam e se tornam maiores. (VASCONCELOS. In, VASCONCELOS; CRUZ, 2013. p. 19).

Esse foi um movimento teórico e metodológico que nasceu de experiências não formais de organização popular e que se firmou como um modelo pedagógico a ser seguido pelas universidades.

[...] No Brasil, o processo de redemocratização continuou avançando e, nas décadas de 1990 e de 2000, partidos políticos comandados por antigos participantes dos movimentos sociais e de prática de Educação Popular passam a assumir prefeituras, governos estaduais e, em 2003, o governo federal. Criam-se, então, mais espaços para que a participação dos movimentos sociais e a Educação Popular sejam mais intensamente incorporadas como uma estratégia importante de organização das políticas públicas. [...].

Tudo isso repercutiu significativamente na vida das Universidades. Os projetos de extensão orientados pela Educação Popular passam a ter espaço político para reivindicar que a política de extensão universitária priorize essa perspectiva teórica e metodológica. (VASCONCELOS. In, VASCONCELOS; CRUZ, 2013. p. 19).

Nessa equação de teorizar o que acontece no mundo real, de perceber os conflitos sociais que marcam as sociedades humanas, de discutir sobre eles e de ser fonte de formação equilibrada para as gerações que estão se formando para atuar neste mundo, a Universidade cristaliza modelos de atuação intitulados de métodos. Em meio a esse cuidado, lançou-se a definição do que foi considerado como educação popular. Porém, até então, não há um conceito síntese para esse fenômeno. Essa é uma discussão que vem sendo travada por vários pensadores, como Carlos Rodrigues Brandão, Luís Eduardo Wanderley, Eymard Mourão Vasconcelos, José Francisco de Melo Neto, Guy Saez, entre outros.

Mesmo assim, de tudo o que foi dito, de nossa parte, refletimos que os negros, as mulheres, os homossexuais, os pobres, as pessoas com deficiência, os índios e todas as pessoas que sofrem preconceitos ou discriminações são sujeitos da educação popular. Essa ação não nomina somente quem não tem posses financeiras. Uma mulher pode ter dinheiro, mas sua condição de mulher a subjeta a situações que a privam de gozar de vantagens concedidas culturalmente aos homens, frutos de uma sociedade machista. Negros lindos e endinheirados podem sofrer discriminação apenas por serem negros. Homossexuais que não podem demonstrar carinho por alguém de seu sexo sentem-se torturados. Assim, o conceito do popular extrapola o limite de se pertencer a determinada classe social. Ela é a luta dos explorados ou oprimidos contra todo tipo de exclusão. Trata-se de uma tomada de partido em favor dos excluídos ou dos socialmente discriminados, como putas, meninos e meninas de rua, mendigos, viciados, travestis, etc.

Assim, a luta de operários da construção civil para levar trabalhadores a acreditarem que era possível transformar o SINTRICOM em uma entidade representativa de interesses com a participação dos trabalhadores nas assembleias do Sindicato converte-se em uma luta popular, mesmo enquadrada na polarização conceitual anunciada por Wanderley (2010) ou pela plasticidade conceitual de Neto (2015) etc.

Para mudar a Direção da Entidade, a ‘Chapa Zé Pião’ precisou percorrer todas as obras de João Pessoa, em uma campanha de convencimento diário para mobilizar a

categoria dos trabalhadores a se convencer de que poderiam mudar o rumo político do SINTRICOM. A campanha foi vitoriosa e elegeu a ‘Chapa Zé Pião’ como a nova Diretoria do SINTRICOM, a partir de 30 de outubro de 1986.

Em 1990, quando a Escola Zé Peão foi proposta pela ‘Chapa Zé Pião’ para a Universidade Federal da Paraíba, havia, nas entrelinhas, a cobrança de que a metodologia desse projeto de escola deveria ser guiada pelos princípios da educação popular. Um caminho que, em pleno final do Século XX, misturava-se com as preocupações de Freire, que dizia:

[...] A ênfase na oralidade não pode parar em nome da grafia. Você veja o seguinte: em primeiro lugar, toda leitura da palavra é sempre precedida pela leitura do mundo. Segundo: se toda leitura é precedida pela leitura do mundo, isso remete-nos à leitura do mundo. Em outras palavras: a leitura do mundo preceda a leitura das palavras e a leitura da palavra exige a continuidade da leitura do mundo. Mas isso é histórico: foi assim que o bicho virou gente e depois de virar gente o ser humano falou. Porque primeiro mudou o mundo, praticou e depois então escreveu, depois de tanto tempo. (FREIRE, 2013, p. 58)

Pensar em uma escola que não se firmasse apenas na habilidade de ler e de escrever e que fosse capaz de levar os estudantes a lerem o mundo, a escreverem sobre o mundo, e depois, voltar a vê-lo para continuar escrevendo sobre ele de modo atualizado, pedia à sua equipe pedagógica que inventasse um modo de levar para a alfabetização mecanismos que fizessem os participantes verem o mundo de modo mais pleno, mais do que o permitido pelos materiais didáticos do dia a dia ou pelas conversas dos participantes da sala. Foi dessa inquietude que o cinema se mostrou como uma janela para o mundo, tal como são as varandas dos prédios, que dão vistas para o alheio, para um mundo que não é o da casa. E foi daí que nasceu o ‘Varando Vídeo’, como uma porta para o mundo, visual e auditiva, onde cada um pode falar sobre o que ouviu e viu, transformando isso num ponto inicial de conversa.

O ‘Varanda Vídeo’, dentro da Escola Zé Peão, é a porta da rua para quem vive trancado em cenários de construções infundas, mesmo que se mude de lugar, do Bairro de Mandacaru ao Valentina, do Centro às praias, não importa, esse projeto vai além, traz o mundo como texto da alfabetização, uma alfabetização sem fronteiras. Uma leitura

sensitiva, em que todos podem falar o que perceberam. Um olhar que não seria apenas o do educador nem o dos educandos, mas também de todos, como curiosos decididos a descobrir os segredos do mundo.

Nessa escola, pensada para ser de todos, já não cabe a “educação bancária”, em que as pessoas são depósitos de conteúdo a serem memorizados e repetidos, sem que haja nenhum senso crítico sobre eles. Nela, a vida é o assunto, tanto a sentida pelos operários quanto a vivida por outras gentes e percebida pela curiosidade de operários que querem saber mais sobre o mundo e sobre os tipos de gente que vivem nele, sobre seus desejos, suas culturas, seus pensamentos e as formas de enfrentá-lo e de fazê-lo. Naturalmente, não se deve esquecer que o mundo não é feito de ingenuidades, nem de bicho papão, nem de carochinhas, mas de interesses que se digladiam, tanto do ponto de vista de classes sociais quanto de interesses de gênero, de raças, de culturas ou de competições entre um indivíduo e outro. Como um olho a mais no mundo da alfabetização, pensou-se em fazer acontecer o projeto Varanda Vídeo.

3 O USO DO VÍDEO NA ESCOLA ZÉ PIÃO

O ‘Projeto Varanda Vídeo’, além de filmes, seleciona documentários, cliques musicais, fotografias, cartazes e qualquer imagem que embase as discussões sobre a alfabetização da Escola Zé Peão. Quem faz o trabalho, normalmente, é um universitário bolsista que domine a área de comunicação ou que goste de cinema, para assistir aos filmes e selecionar obras compatíveis com os temas que estão sendo discutidos naquela semana ou mês de atividades alfabetizadoras. Pede-se também que a pessoa assista a todas as reuniões de planejamento das aulas, pois é com base nesses planejamentos que os filmes são selecionados.

Os planejamentos são realizados em reuniões semanais, em que são apontadas as dificuldades dos alunos, as soluções possíveis, os assuntos da alfabetização, os temas geradores da semana e os materiais didáticos que servirão de suporte, incluindo filmes e quaisquer outros. De modo geral, o ‘Varanda Vídeo’ está presente uma vez por mês, em cada sala de aula. As aulas em que esse projeto é empregado parecem mais uma roda de conversa, pois se discute sobre os aspectos abordados nos filmes, compara-se seu

assunto com as situações vivenciadas pelos operários, rememoram-se outras situações afins conhecidas e se relaciona o filme com os direitos ou temas relativos à cidadania dos operários. Terminada a conversa, os alunos escrevem um texto em que mencionam os aspectos da discussão que lhes chamaram à atenção. Nesse trabalho de escrever, o professor ou a professora ajuda os ajuda a decidirem qual a letra certa, a utilizarem a pontuação dos textos com consciência e a escrever um texto que apresente coerência, com início, meio e conclusão.

Para selecionar o filme e debatê-lo com os operários, é preciso conhecer a realidade de sua vida. É isso o que torna a conversa mais interessante. Por exemplo, no mês de julho de 2016, trabalhou-se o filme *5x favela – arroz com feijão*. Motivados pelas imagens projetadas, depois do filme, alguns falavam de problemas sociais de sua cidade, outros se preocupavam em demonstrar o que fariam para mudar a situação. No final dessa discussão, escreveram textos sobre o assunto debatido, e a professora ajudou-os a superar todas as dificuldades da escrita.

Assim, se a aula não fosse motivada pela projeção de um filme com som e imagens, ela poderia se transformar em uma palestra feita por um professor, falando do saneamento básico ou de qualquer tema que parecesse interessante para os operários. Depois, a partir dessa exposição, poder-se-ia tratar de sílabas, sinais, textos etc. Mas a aula se tornaria verbalista, um monólogo, uma aula “bancária”, distante do alfabetizando. No entanto, por ter sido conduzida por discussões feitas pelos trabalhadores, por meio de estímulos oferecidos por vídeos ou qualquer material sonoro, os resultados parecem ter origem no próprio alfabetizando. É como se ele dissesse: “Escrevo, mas escrevo o que penso”. E isso é alfabetização.

Com o incentivo do “mini” cinema na sala de aula, os alfabetizando conseguem captar mais informações, e isso facilita o debate depois do filme e torna a produção textual cheia de detalhes, que permitem o uso de conhecimentos gramaticais de modo contextualizado. Os alunos se mostram mais interessados até pela gramática, por terem que usar a vírgula, o ponto ou, talvez, o ponto e vírgula. E isso é alfabetização.

A própria conversação entre eles é ampliada, e agora, com novos termos. Muitas palavras novas são conhecidas ou inseridas durante os debates ou, até, sua pronúncia, só



que sob o ponto de vista adotado pela gramática formal. Por exemplo, ‘prumode’ vira ‘por causa de’, e assim por diante. As novas palavras são vistas como ampliação vocabular, e não, como uma negação das que já existem. Isso é alfabetização. E quando se comparam as aulas mediadas por materiais didáticos interessantes, o que requer o uso de algum vídeo, é notável o interesse do aluno pelas próximas aulas.

Ainda em relação ao uso do vídeo em sala de aula, Ferrés (1996) refere que pode ter várias funções no ensino, como função informativa, motivadora, expressiva, avaliadora, investigativa, lúdica, de metalinguística e de interação entre essas funções. Diz, ainda, que nem todos os temas são adequados para ser usado nos vídeos que serão exibidos em sala de aula. Algumas matérias pedem uma aproximação com o real. Por exemplo, se a aula é de matemática, o trabalho de quem vive na construção civil pode oferecer elementos para os cálculos; se é sobre a composição de nomes, parece mais pertinente ter fichas, letras, revistas e tudo o que auxilie as comparações, para os alunos compreenderem como são feitos os nomes usando-se as letras. E assim por diante.

Ferrés (1996) instrui que o vídeo não substitui os professores, mas impõe mudanças em sua função pedagógica. Às vezes, o uso didático do vídeo cobra uma formação específica para o professor. É claro que ele não substitui os demais meios audiovisuais. A escola Zé Peão, ao utilizar o vídeo e outros materiais de apoio às aulas de alfabetização, segue, em parte, as considerações de Penteado (1988), que trata a todos da escola como sujeitos comunicantes. Diz ela:

[...] A forma como lidam com os recursos de ensino, com as tecnologias comunicacionais, a disponibilidade com que se colocam como “recursos de ensino” revelam a empatia das relações pedagógicas que estabelecem (PENTEADO, 1988, p. 21).

As relações pedagógicas e os problemas pedagógicos, que incluem o relacionamento entre quem ensina e quem aprende e a forma como são utilizados os materiais didáticos, estão subordinados à compreensão nutrida pelo condutor do processo ensino-aprendizagem, que são distintos para crianças e para adultos. Sobre isso, Pinto informa:

[...] É evidente que os problemas pedagógicos (a matéria a ensinar, os currículos, os métodos) correspondentes a cada faixa etária são distintos. Por isso a alfabetização do adulto é um processo pedagógico qualitativamente distinto da infantil (a não ser assim, cairíamos no erro da infantilização do adulto). Dessa forma, assim como não se pode reduzir o adulto à criança. Tampouco se pode reduzir a criança ao adulto. Ora, isto é o que inconscientemente fazem os pedagogos ao proporem métodos obtusos, alienados de alfabetização, de instrução elementar e secundária. A raiz deste equívoco está em que lhes falta a noção do caráter existencial da educação (sempre relativa a existência, isto é, à fase do existir do ser humano), e por isso é que pensam a formação da criança do ponto de vista de sua futura realidade como adulto. Ora, apesar de, como é evidente, a criança se destinar a ser adulto, sua realidade existencial presente é outra. Não é um ser incompleto, mas sim um ser que está atravessando uma fase particular de seu processo vital (como o adulto também). (PINTO, 2000, p.72).

4 ENTENDER PARA AGIR COMO PRIMEIRO E ÚLTIMO CUIDADO

Tratar do homem adulto em situação de ensino-escolar e considerá-lo como parte da educação pressupõe que se tem diante de si um homem de cultura. Essa cultura começa a ser formada desde o nascimento do indivíduo, que é social e faz a história da humanidade. Isso é mais bem explicado por Fávero:

[...] A iniciativa humana que cria a história é precisamente a cultura. A história não é mais do que o desenvolvimento do processo pelo qual se opera a passagem dialética da natureza em cultura, ou seja, do mundo natural em mundo humano. Logo, uma cultura a-histórica é um contrassenso [...].

A cultura é social. Com efeito, a própria sociedade situa-se na linha do processo cultural como elemento essencial de mediação entre as consciências (aspecto subjetivo de cultura) e como elemento essencial de unificação das obras culturais, por meio de um conjunto de significações que podem ser apreendidas pelos indivíduos que constituem o corpo social (aspecto objetivo da cultura). Assim, a cultura só tem sentido e validade enquanto processo de comunicação das consciências. O mundo cultural, como mundo humanizado, sendo *mundo-para-mim é mundo-para-o-outro*. (FÁVERO, 1983, p.17)

Essa compreensão, que vincula a história à cultura social adquirida pelas pessoas, como passagem dialética da natureza em cultura e como processo de comunicação entre consciências, não diminui a angústia de adultos que se flagram em sociedades grafocêntricas em atividades que lhes cobram a habilidade da leitura e da

escrita. Nos dias de hoje, não saber ler nem escrever limita a possibilidade de a pessoa exercer sua cidadania, de se expressar plenamente em um mundo estranho, mediado por símbolos escritos. É limitante ser analfabeto. Essa é uma angústia que os letrados não sabem como explicar, assim como não se pode esperar de quem passa por esse tipo de privação uma explicação sobre as vantagens da escrita. Um sentimento que não é bom nem ruim, mas que precisa ser enfrentado, algo que precisa ser base das pautas docentes dos alfabetizadores de jovens e adultos. Sobre isso, Schwartz diz:

[...] Os adultos analfabetos viveram anos circulando e trabalhando em uma cultura escrita sem saber ler e nem escrever. Então, é natural que eles tenham dúvidas sobre o que é ler, o que é escrever, e para que servem. No que pode essa aprendizagem contribuir qualitativamente para a vida? Essas questões precisam ser esclarecidas no início, no primeiro dia, se possível, no contrato pedagógico. Mas não adianta esclarecer logicamente uma questão e depois não “corporificar as palavras pelo exemplo”. Não adianta dizer como é bom saber ler e escrever e como é ruim não gostar nem de ler nem de escrever... Ninguém precisa de atitudes “politicamente corretas” na sala de aula, mas sim de atitudes com sentido e com significado, com crença, convicção e coerência. (SCHWARTZ, 2010, p.75)

Entender a lógica da educação de adultos, ampliada no Brasil para educação de jovens e adultos, requer uma atuação adequada e o desprendimento de rótulos estatizantes. Isso porque a ação de educar por meio de atividades escolares pode ser uma construção em parceria com educandos e educadores. No caso das ações do ‘Varanda Vídeo’, subordinadas aos objetivos projetados para o mês de aula, não há caminho mais adequado do que o da observação das necessidades trazidas para o universo escolar, dos interesses e das inquietudes de professores e de estudantes – que poderemos chamar de pesquisa. E é dessa observação que o ‘Varanda Vídeo’ se dedica a procurar a obra certa, o vídeo mais adequado para aquela situação detectada. Foi por isso que, metodologicamente, nessa ação, amparamo-nos em Thiollent (1988). Procuramos agir em resposta às demandas advindas de situações reais de uma necessidade de aprendizagem escolar. Em outras palavras, vivemos, todos os dias, a lógica da ação que é fruto de estudos ou da pesquisa-ação, compreendida como uma investigação realizada em pequenos grupos, nunca, entre relações interpessoais ou de grandes grupos, que indica ações a serem tomadas, que precisam de planejamento e de

estudos prévios que atendam às necessidades de um momento daquele grupo. Como diz Thiollent,

[...] a pesquisa ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 1998, p.14)

Nossa experiência prática, em 2016, foi realizada nos canteiros de obras, nos prédios em construção da cidade de João Pessoa, nos Bairros de Tambaú, Manaíra, dos Estados, Expedicionários e Alto do Matheus. Essa é uma ação concreta refletida durante e depois de executada, como investigação de uma prática que visa se autoaprimorar. A autorreflexão é reforçada por leituras, questionamentos e elogios feitos pelas professoras que acompanham a ação do ‘Varanda Vídeo’.

A autorreflexão também está presente nas professoras que zelam pela aprendizagem escolar dos operários da Escola Zé Peão, seguindo princípios da andragogia. Uma escola que envolve seus participantes em um ponto de vista crítico-reflexivo sobre direitos e deveres e sobre possibilidades e iniciativas de cada um, educadores e educandos, como iniciativas que podem ser conjuntas.

O ‘Projeto Varanda Vídeo’ continua selecionando vídeos e clipes musicais e aprendendo a tratar de assuntos ligados às políticas públicas e do direito à EJA, a se comunicar, a não fazer “educação bancária”, a contribuir para o fortalecimento de operários que passarão a assumir atividades de cunho sindical e a ser militantes em defesa das causas dos operários da construção civil. Uma aprendizagem constante, um projeto, como previa Paulo Freire, que consistia em promover a *educação como prática da liberdade*.

ABSTRACT

The Zé Peão School Program (PEZP) is an extension activity of the Federal University of Paraíba, in collaboration with the Union of Workers of the Construction Industries and Furniture of João Pessoa / PB. The 'Video Balcony' (VV) is a support project for the actions of Zé Peão School, created in 1993, to

provide audiovisual support for discussions on cross-cutting issues relevant to the interests of workers, as an integral part of young people and adults. This text is dedicated to reflecting on the use of video in literacy activities, understood as action linked to popular education. For this, we use studies related to popular education, such as those of Wanderley (2010), Fávero (1983) and Vasconcelos (2013); of those who deal with adult literacy, such as Freire (2011), Schwartz (2010) and Pinto (2000); and those who are dedicated to clarifying the use of video in situations of school learning, especially Ferrés (1996). As a support for literacy, video, framed in the pedagogical dynamics of the Zé Peão School, strengthens the critical thinking of those who participate in the educational activities of this Program.

Keywords: Learning. Balcony Video. Zé Peão School.

REFERÊNCIAS

- FÁVERO, Osmar. *Cultura popular, educação popular: memória dos anos 60*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- FERRÉS, Joan. *Vídeo e educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da tolerância*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do compromisso: América Latina e educação popular*. Indaiatuba (SP): Villa das Letras, 2008.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- NETO, José Francisco de Melo. *Educação Popular: enunciados teóricos*. V. 3. João Pessoa, UFPB/Editora do CCTA, 2015.
- PADILHA, Paulo Roberto. *Planejamento dialógico: como construir o projeto político da escola*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- PENTEADO, Heloísa Dupas (Org.). *Pedagogia da comunicação: teorias e práticas*. São Paulo: Cortez, 1998.
- PINTO, Álvaro Vieira. *Sete lições sobre educação de adultos*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- SCHWARTZ, Suzana. *Alfabetização de jovens e adultos: teoria e prática*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010.
- THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988.
- VASCONCELOS, Eymard Mourão; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. *Educação popular na formação universitária*. São Paulo/João Pessoa: HUCITEC/Editora Universitária - UFPB, 2013.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W. *Educação popular: metamorfoses e veredas*. São Paulo: Cortez, 2010.